Quadro – Indicadores de Desempenho - 2018

Macrodesafio	Objetivo Estratégico da Justiça Federal	Denominação	Índice de Referência (2017)	Índice Previsto	Índice Observado (2018)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Taxa de satisfação dos usuários da Justiça Federal ¹	66,1%	Attingir 70% de satisfação dos usuários da Justiça Federal em 2020.	-	Bianual	TSUC = (NIP / TIA) x 100, onde: TSUC = Taxa de satisfação do usuário/cidadão; NIP = N° de itens com resposta positiva; TIA = Total de itens avaliados.
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	Índice de produtividade judicante	95,92%	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano.	105,48%	Mensal	IPJ = (Pj / Cn) x 100, onde: IPJ = Índice de produtividade judicante; Pj = Número total de processos de conhecimento criminais e não criminais que receberam primeiro ou único julgamento em 2018; Cn = Número total de casos novos criminais e não criminais distribuídos no período.
		Índice de julgamento de processos antigos	95,1%	Identificar e julgar até 31/12/2018: □ No 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e 85% dos processos distribuídos em 2014; □ Nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015.	99,43%	Mensal	IIPA = (Pj / Cn) x 1000/K, onde: IIPA = Índice de julgamento de processos antigos; Pj = Número total de processos de conhecimento criminais e não criminais distribuídos na instância no período de referência ² e que receberam primeiro ou único julgamento até o final do exercício de 2018; Cn = Número total de casos novos criminais e não criminais distribuídos no período de referência.
		Índice de produtividade dos magistrados ³	2.741	-	3.580	Anual	IPM = TBAix / Mag, onde: IPM = Índice de produtividade de magistrados; TBAix = Número total de processos baixados, no exercício; Mag = Número de magistrados, no exercício.
		Índice de produtividade dos servidores ⁴	182	-	216	Anual	IPS-Jud = TBAix / Servidores, onde: IPS-Jud = Índice de produtividade de servidores da área judiciária; TBAix = Número total de processos baixados, no exercício; SaJud = Número total de servidores da área judiciária, no exercício.
Adoção de soluções alternativas de conflito.	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Taxa de casos encerrados por conciliação	382,50% (7,65%)	Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.	425,00% (8,48%)	Mensal	TCEC = (TConc2018/Dist2018) ≥ 2%, onde: TCEC = Taxa de casos encerrados por conciliação; TConc2018 = Total de casos encerrados por conciliação em 2018; Dist2018 = Total de processos de conhecimento distribuídos em 2018.
Aprimoramento da gestão da justiça criminal.	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	Índice de atendimento à demanda de processos criminais	128,20%	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.	123,28%	Mensal	IADPC = (TBAixCrim / TDistCrim) x 100, onde: IADPC = Índice de atendimento à demanda de processos criminais (Baixados); TBAixCrim = Número total de processos criminais baixados em 2018; TDistCrim = Número total de processos criminais distribuídos em 2018.
			110,10%	Julgar quantidade maior de processos de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.	124,44%	Mensal	IADPC = (TJulCrim / TDistCrim) x 100, onde: IADPC = Índice de atendimento à demanda de processos criminais (Julgados); TJulCrim = Número total de processos criminais julgados em 2018; TDistCrim = Número total de processos criminais distribuídos em 2018.
		Índice de julgamento de processos antigos (ações penais)	105,65%	Identificar e julgar até 31/12/2018, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015.	127,82%	Mensal	IIPA _{AP} = (AP _J / AP _D) x 100, onde: IIPA _{AP} = Índice de julgamento de processos antigos (ações penais); AP _J = Número de ações penais distribuídas no período de referência (até 31/12/2015) e que receberam primeiro ou único julgamento até o final de 2018; AP _D = Número de ações penais distribuídas e não julgadas no período de referência (até 31/12/2015).

Impulso às execuções fiscais e cíveis.	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado	Índice de atendimento à demanda na execução não fiscal do 1º e 2º graus	140,36%	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.	101,16%	Mensal	$IADNFisc = (TExecNFisc / TDistExecNFisc) \times 100$, onde: IADNFisc = Índice de atendimento à demanda na execução não fiscal do 1º e 2º graus; TExecNFisc = Número total de processos de Execução não fiscal baixados em 2018; TDistExecNFisc = Número total de processos de execução não fiscal distribuídos em 2018.
Combate à corrupção e à improbidade administrativa.	Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa	Índice de produtividade de julgamento das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública	103,50%	Identificar e julgar, até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015.	119,45%	Mensal	$IPJAIA = (TIAJulg / TIADist) \times 1000 / 7$, onde: IPJAIA = Índice de produtividade de julgamento de ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública; TIAJulg = Número total de processos de improbidade administrativa e de ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídos até 31/12/2015 e julgados até 31/12/2018; TIADist = Número total de processos de improbidade administrativa e de ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídos e não julgados até 31/12/2015.
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.	Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Taxa de congestionamento líquida ⁵	52,90%	-	42,50%	Anual	$TCL = (Cp - Sus) / (T Baix + Cp - Sus)$, onde: TCL = Taxa de Congestionamento Líquida; Cp = Casos Pendentes; Sus = Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório; TBaix = Total de Processos Baixados.
Melhoria da gestão de pessoas.	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal	Taxa de satisfação de magistrados e servidores com o clima organizacional ⁶	65% 89%	Alcançar 70% de satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional até 2019.	68,17% 59,21%	Bianual	$TACOF = (NAFA / NAA) \times 100$, onde: TACOF = Taxa de assertivas do clima organizacional considerados favoráveis (magistrados/servidores); NAFA = Número de assertivas com índice de favorabilidade atingido; NAA = Número de assertivas avaliadas.
		Taxa de absenteísmo de magistrados e servidores	0,94% 2,03%	Manter, em todos os anos, o absenteísmo abaixo ou igual a 3%.	0,14% 2,06%	Anual	$TA = (DA / (DT \times TL)) \times 100$, onde: TA = Taxa de absenteísmo de magistrados e servidores; DA = Número de dias de afastamento dos magistrados/servidores; DT = Total de dias trabalhados de magistrados/servidores; TL = Total de magistrados/servidores lotados.
		Taxa de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico	00,00% 17,82%	Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020.	33,33% 29,37%	Anual	$TAEP = (NEP / TEP) \times 100$, onde: TAEP = Taxa de adesão de magistrados e servidores aos exames periódicos; NEP = Número de magistrados/servidores que realizaram exames periódicos; TEP = Total de magistrados/servidores com exames previstos para o período.
Instituição da governança judiciária.	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal	Taxa de adesão às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário ⁷	84,01%	Atingir 90% de aderência às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário em 2020.	87,33%	Anual	$iGovJF = (D1 \times 0,2) + (D2 \times 0,25) + (D3 \times 0,20) + (D4 \times 0,20) + (D5 \times 0,15)$.
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI ⁸	86,1%	Atingir, em 2019, 70% das avaliações consideradas positivas.	-	Bianual	$TSCI = (QAP / RESP) \times 100$, onde: TSCI = Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI; QAP = Quantidade de avaliações positivas; RESP = Total de respondentes.
		Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI ⁹	74,8%	Atingir, em 2020, 70% das avaliações consideradas positivas.	-	Bianual	$TSCE = (NS / RESP) \times 100$, onde: TSCE = Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI; NS = Número de clientes externos satisfeitos; RESP = Total de respondentes.
		Índice de governança de TI (iGovTI), dimensão Processos	-	Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).	100,0%	Única	$M13 = (P13.1 / P13.2) \times 100\%$ onde: M13 = Índice dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). P13.1 = Soma da quantidade de sistemas judiciais aderentes ao MNI em cada órgão da Justiça Federal. P13.2 = Quantidade total de sistemas judiciais na Justiça Federal.

Notas:

¹ Pesquisa realizada no período de 18/11/2013 a 28/2/2014.

² Períodos de referência:

1º e 2º Graus: Distribuídos até 31/12/2013 (100%) e em 2014 (85%)

Juizados Especiais, Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização: Distribuídos até 31/12/2015 (100%).

K = 10 para os processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º e 2º graus.

K = 8,5 para os processos distribuídos em 2014 nos 1º e 2º graus.

K = 10 para os processos distribuídos até 31/12/2015 nos JEFs e TRs.

³ e ⁴: Indicadores oriundos do Sistema Justiça em Números, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que não possuem metas ou índices previstos. Os resultados dos índices de referência são do ano de 2016 e dos índices observados são do exercício de 2017, pois, neste momento, estamos no período de coleta das variáveis concernentes ao ano de 2018. Em 2016, o IPM da Justiça Federal apresentou resultado de 2.065 processos baixados por magistrado e o IPS-Jud resultou em 156 processos baixados por servidor da área judiciária. Já em relação ao ano de 2017, o IPM da Justiça Federal resultou em 2.119 processos baixados por magistrado e o IPS-Jud em 173 processos baixados por servidor da área judiciária, conforme informações contidas nas 13ª e 14ª edições dos Relatórios Justiça em Números. Dessa maneira, os Índices de produtividade dos magistrados e dos servidores da Justiça Federal da 5ª Região, dos exercícios de 2016 e 2017, apresentam resultados superiores as médias da Justiça Federal.

⁵ Indicador oriundo do Sistema Justiça em Números, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que não possui meta ou índice previsto. Os resultados dos índices de referência são do ano de 2016 e dos índices observados são do exercício de 2017, pois, neste momento, estamos no período de coleta das variáveis concernentes ao ano de 2018. Em 2016, a TCL da Justiça Federal apresentou resultado de 61,8%. Já em relação ao ano de 2017, a TCL da Justiça Federal resultou em 59,7%, conforme informações contidas nas 13ª e 14ª edições dos Relatórios Justiça em Números. Dessa maneira, as Taxas de Congestionamento Líquidas da Justiça Federal da 5ª Região, dos exercícios de 2016 e 2017, apresentam resultados mais satisfatórios que as médias da Justiça Federal.

⁶ A Pesquisa de Clima Organizacional - Justiça Federal - 2017 foi encerrada em 7/12/2017 e os resultados foram divulgados em abril/2018, sendo 70% a meta prevista no escopo do Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020. Já os resultados apresentados para o Índice de Referência são relativos à Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores da 5ª Região aplicada em 2012, revelando a satisfação de 65% dos magistrados da 5ª Região com o Clima Organizacional, quando a meta fixada correspondia a 55%, e de 89% de satisfação dos servidores da 5ª Região com o Clima Organizacional, para uma meta fixada em 55%.

⁷ O índice de referência evidencia o iGovJF de 2016.

⁸ e ⁹: Não houve pesquisa de satisfação dos serviços de TI em 2018.

Quadro – Indicadores de Desempenho - Tecnologia da Informação - 2018

Macrodesafio	Objetivo Estratégico	Denominação	Índice de Referência (2017)	Índice Previsto	Índice Observado (2018)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Índice de satisfação dos clientes internos com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	86,12%	Atingir, até 2019, 80% de satisfação dos clientes internos de TI	-	Bienal	M1 = (P1.1/P1.2) x 100% onde: M1 = Atingir, até 2019, 80% de satisfação dos clientes internos de TI. P1.1 = Quantidade de respostas dos itens da pesquisa de satisfação avaliados como positivas P1.2 = Quantidade total de respostas da pesquisa de satisfação
		Índice de satisfação dos clientes externos com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e sistemas	74,84%	Atingir, até 2020, 80% de satisfação dos clientes externos de TI	-	Trienal	M2 = (P2.1/P2.2) x 100% onde: M2 = Atingir, até 2020, 80% de satisfação dos clientes externos de TI. P2.1 = Quantidade de respostas dos itens da pesquisa de satisfação avaliados como positivas P2.2 = Quantidade total de respostas da pesquisa de satisfação
	Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal	Índice de governança de TI – iGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos	1,12	Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5 do iGovTI, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6	0,89	Bienal	M3 = Somatório - 6órgãos (P3.1 / P3.2) / 6 onde: M3 = Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5 do iGovTI, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6. P3.1 = Valor nominal do iGovTI divulgado pelo TCU para cada órgão da Justiça Federal P3.2 = Valor previsto para o exercício
		Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	73,33%	Executar anualmente, no mínimo, 70% do Plano Anual de Capacitação de TIC	58,82%	Anual	M4 = Somatório - 6órgãos (P4.1 / P4.2) / 6 x 100% onde: M4 = Executar anualmente, no mínimo, 70% do Plano Anual de Capacitação de TIC. P4.1 = Quantidade de capacitações realizadas por órgão P4.2 = Quantidade total de capacitações planejadas no órgão
		Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	99,45%	Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano Orçamentário de TIC	92,17%	Trienal	M5 = Somatório - 6órgãos (P5.1 / P5.2) / 6 x 100% onde: M5 = Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano Orçamentário de TIC. P5.1 = Valor do orçamento executado (empenhado) pelos órgãos da Justiça Federal P5.2 = Valor do orçamento efetivamente disponibilizado à área de TI dos órgãos da Justiça Federal assim que definido o orçamento do exercício.
		Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	71,72%	Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano de Contratações de TIC	63,33%	Anual	M6 = Somatório - 6órgãos (P6.1 / P6.2) / 6 x 100% onde: M6 = Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano de Contratações de TIC. P6.1 = Quantidade de contratações executadas pelos órgãos da Justiça Federal P6.2 = Quantidade total de contratações constantes do PCSTI dos órgãos da Justiça Federal.
		Índice de processo formal de desenvolvimento e sustentação de softwares	-	Implantar, até 2018, metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software	-	Único período	M7 = P7.1/6x100% onde: M7 = Implantar, até 2018, metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de softwares. P7.1 = Quantidade de órgãos da Justiça Federal com metodologia de desenvolvimento e sustentação de softwares de uso obrigatório implantada e formalmente instituída no órgão.
		Índice de metodologia formal de Gestão de Riscos de TI	15,00%	Implantar, até 2018, processo formal de Gestão de Riscos de TI	10,00%	Único período	M8 = P8.1/6x100% onde: M8 = Implantar, até 2018, processo formal de Gestão de Riscos de TI. P8.1 = Quantidade de órgãos da Justiça Federal com metodologia de Gestão de Riscos de TI de uso obrigatório implantada e formalmente instituída no órgão.
	Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal	Índice de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal	-	Atingir, em 2016, seis sistemas, em 2018, sete e, em 2020, oito	0,00%	Bienal	M9 = P9.1 onde: M9 = Atingir, em 2016, seis sistemas, em 2018, sete e, em 2020, oito. P9.1 = Quantidade de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados por todos os órgãos da Justiça Federal.
		Índice de contratações conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	0,00%	Realizar, em 2015, uma contratação conjunta, em 2016, duas, em 2017, três, em 2018, quatro, em 2019, cinco e em 2020 seis	0,00%	Anual	M10 = P10.1 onde: M10 = Realizar, em 2015, uma contratação conjunta, em 2016, duas, em 2017, três, em 2018, quatro, em 2019, cinco e, em 2020, seis. P10.1 = Quantidade de contratações conjuntas de soluções de TI executadas (Ata de Registro de Preço publicada, contrato assinado ou empenho emitido).
		Índice de nivelamento de infraestrutura de TI, conforme Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PNITI - JF	-	Prover, até 2018, um Centro de Dados principal para o tribunal e, até 2019, mais um Centro de Dados secundário para contingência que atendam aos requisitos mínimos de segurança e disponibilidade constantes da PNITI - JF	-	Anual	M11.2018 = (P11.1 /total de órgãos da JF) x 50% M11.2019 = (P11.1+P11.2)/2 /total de órgãos da JF x 100% onde: M11 = Prover, até 2018, um Centro de Dados principal para o tribunal e, até 2019, mais um Centro de Dados secundário para contingência que atendam aos requisitos mínimos de segurança e disponibilidade constantes da PNITI-JF. P11.1 = Quantidade de Centros de Dados principais operacionais nos órgãos da justiça Federal. P11.2 = Quantidade de Centros de Dados secundários de contingência operacionais nos órgãos na justiça Federal.
			92,86%	Atender totalmente, até 2020, os critérios de nivelamento mínimo de infraestrutura de TI, conforme cronograma proposto	100,00%	Anual	M12 = Somatório 6órgãos (P12.1/P12.2)/6 x 100% onde: M12 = Atender totalmente, até 2020, os critérios de nivelamento mínimo de infraestrutura de TI, conforme cronograma proposto. P12.1 = Quantidades de critérios constantes da PNITI-JF atendidos por cada órgão da Justiça Federal. P12.2 = Quantidade total de critérios constantes da PNITI-JF.
		Índice de sistemas judiciais aderentes a o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	-	Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	100,00%	Único período	M13 = (P13.1/P13.2) x 100% onde: M13 = Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). P13.1 = Soma da quantidade de sistemas judiciais aderentes ao MNI em cada órgão da Justiça Federal. P13.2 = Quantidade total de sistemas judiciais na Justiça Federal.